

CRISE AMBIENTAL E CRISE SOCIAL: AS RESPOSTAS DOS PEDAGOGOS COMO POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS AMBIENTAIS AMAZÔNICOS

Rodrigues de Andrade, Francisca Marli

Universidade de Santiago de Compostela

marli.rodrigues.andrade@gmail.com

Palabras clave: Crise ambiental; representações sociais; pedagogos; Amazônia.

1. Crise ambiental e crise social no contexto da Amazônia brasileira

Historicamente o contexto amazônico, com todas suas memórias de resistências e contestações políticas, foi e continua sendo espaço de construção de possibilidades para a superação dos problemas ambientais. Por meio dessa construção coletiva, seus habitantes ressignificam, sua cultura e, assim, suas práticas cotidianas (Fraxe, 2004). Os desejos e anseios por resolução de problemas relacionados ao biofísico e social, refletem os imaginários sociais de sua população e, portanto, as interações que emergem em função da biodiversidade e multiculturalidade que a integra. Por isto tal ressignificação perpassa também por uma série de influências ideológicas de controle e poder que vão, paulatinamente, delineando um cenário de crise ambiental, como reflexo da crise social aí instalada. A formação desse cenário de crise não é algo recente, para Loureiro (2002), este foi constituído desde o período de colonização, cuja chegada do espanhol Vicente Pinzon -primeiro europeu a pisar as terras amazônicas em janeiro de 1.500-, representa “o primeiro choque cultural e o primeiro ato de violência contra os povos da Amazônia: Pinzon aprisiona índios e os leva consigo para vender como escravos na Europa” (p. 108). Desde então, muitas batalhas de resistência foram e continuam sendo travadas contra os processos de exploração, dominação e alienação (Almeida, 2004; Ricci, 2007). Destas, surgem uma diversidade de possibilidades de superar os desafios impostos aos cidadãos amazônidas, cujas ações coletivas ganham significados nos processos de formação identitária e, desse modo, reafirmam a necessidade de reconhecer as múltiplas alteridades amazônicas como capazes de redefinir uma nova realidade. Pensar nessa redefinição da realidade amazônica implica em considerar, sobretudo, o protagonismo dos sujeitos que nela habitam, as particularidades da região, os saberes compartilhados entre gerações, as diferentes manifestações culturais e os desejos e anseios de sua população. Em outras palavras, depende, necessariamente, da “visão de quem observa a floresta de dentro, a visão daquele que nela vive, revela e traduz um olhar minucioso, capaz de descobrir suas principais riquezas e seu principal potencial como verdadeiro eldorado” para o “seu próprio desenvolvimento e à sua população humana” (Almeida-Val, 2006, p. 24). Por compartilhar dessa concepção é que consideramos relevante (re)conhecer ações que nas opiniões e sugestões dos pedagogos, são indispensáveis para o enfrentamento da crise ambiental na Amazônia. A escolha por este coletivo de profissionais representa uma ampliação de horizontes, dada sua atuação em diferentes espaços pedagógicos, ou seja, educativo escolar e o comunitário.

2. Os pedagogos como protagonistas de um processo de transformação social: opiniões e sugestões para a superação dos desafios ambientais amazônicos

Entre as muitas possibilidades de construir alternativas à superação da crise ambiental na Amazônia, a Educação Ambiental, enquanto prática social, apresenta-se como uma possibilidade que deve ser considerada. Quando sua constituição se consolida como resultado de diversas ações e participações, contribui para o fortalecimento da democracia e da representação de cidadania. Ao mesmo tempo, possibilita aos atores sociais e, neste caso, aos pedagogos, serem sujeitos de sua própria história, a partir do engajamento político da atuação ética e comunitária. Isto porque, “em uma sociedade caracterizada pela incerteza e precariedade, aos educadores sociais não lhes basta recorrer aos métodos e técnicas próprios da profissão. (...) pelas características e pelas circunstâncias de seu trabalho, necessita uma sólida preparação ética” (Ronda, 2012, p. 51). Esta preparação, também se constitui na prática cotidiana, se ‘materializam’ em suas ações e manifestações de intencionalidade. Partindo dessa premissa, consideramos relevante (re)conhecer as ações, manifestadas nas opiniões e sugestões, que os pedagogos que atuam no ensino fundamental na rede pública municipal de Castanhal - Pará, Brasil, consideram indispensáveis para o enfrentamento da crise ambiental na Amazônia. Para tanto, metodologicamente, se optou por uma investigação qualitativa de corte etnográfico, cujo enfoque teórico toma como referência o modelo processual das representações sociais de Serge Moscovici e Denise Jodelet. O trabalho empírico se centrou em duas etapas, as quais podem ser resumidas em: aplicação de um questionário ad hoc, ao

qual deram respostas 121 pedagogos; e, a realização de dois grupos de discussão, no qual participaram 18 dos professores que haviam aportado suas respostas ao questionário. A eleição por estes profissionais reflete a congruência com a complexidade que caracteriza a Amazônia brasileira, cuja crise ambiental, como reflexo da crise social, requer que se adotem alternativas condizentes com a realidade. Tais alternativas, no exercício da função pedagógica social, na atuação cidadã e nos discursos produzidos na vida cotidiana são fundamentais para conseguir que a população seja, cada vez mais, consciente da sua realidade e dos riscos que comportam a sua atuação ou ausência dela. Posicionar-se assim, resulta assumir um papel ativo na melhoria de suas condições de vida, na emancipação coletiva e no respeito aos direitos ecológicos e sociais das diversidades culturais e do território que habitam. Nesse sentido, as coincidências epistemológicas existentes entre Educação Ambiental e representações sociais, podem contribuir para elaboração de um discurso e prática constituída socialmente, já que ambas consideram os sujeitos como construtores e reconstrutores de conhecimentos, com a capacidade para atuar em processos de transformação social (Caride e Meira, 2001; Spink, 1993; Jodelet, 2011).

3. As respostas dos pedagogos como possibilidade de enfrentamento dos desafios ambientais amazônicos: opiniões e sugestões de ações

No contexto da Amazônia, a história e a cultura de seus habitantes indicam uma trajetória social que motiva e alimenta as intenções de ações que buscam a transformação da realidade (Fraxe, Witkoski e Miguez, 2009). Na maioria das vezes, essas intenções nascem de uma necessidade comum, arraigada no imaginário social e, portanto, compartilhada pelo grupo de pertença. Conforme já discutimos em outras ocasiões, a crise ambiental é entendida para os sujeitos da pesquisa como resultado das ações antrópicas, as quais tornam-se perceptíveis por meio de: desmatamento; poluição da água; 'lixões'; uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras; aquecimento global; e, contaminação do solo (Andrade, 2012; Andrade, Caride e Arto-Blanco, 2013). A partir desse conjunto de problemas ambientais que para os sujeitos da pesquisa caracterizam a crise ambiental, os pedagogos formulam diversas opiniões e sugestões de ações que, desde a sua compreensão da realidade, podem contribuir para a superação dos desafios ambientais da Amazônia. De modo evidente, as opiniões e sugestões deixam a revelar as crenças e valores culturais e, também, as representações sociais sobre a temática ambiental. Isto porque, nelas residem intencionalidades e proposição de ações, ao mesmo tempo, ressaltam a origem da constituição identitária dos sujeitos, na medida em que estes expõem suas necessidades e prioridades, de acordo com o seu inconformismo ou ausência dele. Por este motivo, as opiniões e sugestões explicitam "o que as sociedades pensam dos seus modos de vida, os sentidos que conferem as suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu" (Moscovici, 2010, p.173). Daí provém a pertinência de adentrar nas ações que os pedagogos consideram indispensáveis para o enfrentamento da crise ambiental na Amazônia.

a. Informação em Educação Ambiental para além dos muros escolares: proposições iniciais à participação cidadã

Na pauta da Educação Ambiental residem muitos desafios que vão além dos muros da escola. Um deles se 'materializam' nas opiniões e sugestões dos docentes a partir da necessidade de informar a comunidade sobre o seu papel de colaborador no enfrentamento da crise ambiental na região. Nesse sentido, ressaltam que "precisamos ultrapassar os muros da escola, envolver a comunidade nas nossas ações e informar-lhes como podem contribuir para a resolução dos problemas ambientais que enfrentamos" (G1-P3). Portanto, reconhecem que para isso "precisamos de apoio dos nossos colegas de trabalho, todos devem se envolver nessa questão. Muitas vezes criticamos a participação da comunidade, mas não oferecemos oportunidades para que ela participe, acho que a informação é o primeiro passo" (G1-P1). Entre as principais proposições de ações destaca-se:

- Informar a comunidade sobre os acontecimentos reais que os cercam;
- Esclarecer a população sobre os impactos dos problemas ambientais à saúde;
- Realizar conversas dirigidas sobre o tema;
- Plenária comunitária com a participação dos educadores;
- Divulgação do tema nos meios de comunicação de massa (jornais; telejornais, entre outros);
- Realizar campanhas publicitárias sobre o desmatamento na Amazônia.

As sugestões dos pedagogos revelam suas preocupações em informar, discutir e dialogar com a comunidade sobre a crise ambiental local. Tais preocupações refletem suas representações de Educação Ambiental pautadas em concepções resolutivas, cujo proposição refere-se a resolução de tais problemas (González-Gaudio, 2006; Meira, 2010). Para tanto, supõem que o acesso às informações e as oportunidades de discuti-la conjuntamente com os demais sujeitos que constituem suas comunidades, podem contribuir para possíveis transformações sociais. Nesse sentido, ressaltam que “para conseguirmos mudar a realidade precisamos informar toda a comunidade dos perigos que estamos correndo, dos problemas ambientais mais presentes em nossa região e como podemos superá-los, por isso acho que a escola deve atuar fora do seu espaço físico” (G2-P4). Para eles, a escola precisa atuar em parceria com a comunidade, ou seja, uma forma de integração comunitária, que por serem próximas, tendem a compartilhar objetivos comuns, principalmente a segurança e proteção em um mundo aparentemente instável (Peruzzo e Volpato, 2009).

b. Educação Ambiental na Amazônia: conscientização para o fortalecimento da participação cidadã

Reconhecemos que o acesso às informações sobre Educação Ambiental representa o primeiro passo para a conscientização do sujeito sobre o tema. Esta conscientização contribui para o reconhecimento do papel do sujeito na sociedade (Freire, 1996). Da mesma forma, é tomada como base para a formação identitária de resistência e/ou de projetos, cujo diferencia é percebido a partir da redefinição da sua posição na sociedade e, portanto, da transformação das estruturas sociais (Castells, 1999). Para os pedagogos sujeitos da pesquisa, “essa luta é de todos, e a escola como espaço de formação deve propor estratégias para conscientização e participação da comunidade, uma andorinha só não faz verão, precisamos da colaboração de todos” (G2-P7). Em outras palavras, acreditam que suas ações podem ampliar as oportunidades de fortalecer a participação social, com vistas à consolidar a cultura da sustentabilidade na Amazônia. Para tanto, propõem as seguintes ações:

- Conscientizar a comunidade sobre os riscos do desmatamento;
- Encorajar práticas de preservação dos rios e das espécies animais e reflorestamento das áreas desmatadas;
- Realizar campanhas de incentivo à preservação da natureza;
- Realizar reuniões com as lideranças comunitárias;
- Desenvolver projetos com a finalidade de conscientizar a população sobre os problemas ambientais;
- Mais compromisso e participação de todos para a preservação do meio ambiente;
- Maior participação das diferentes instituições sociais.

Os pedagogos ressaltaram a importância da conscientização e da participação para a transformação social. Evidenciam as concepções de ecoeducação de meio ambiente e Educação Ambiental, já que suas proposições estão centradas na educação como elemento essencial de conscientização e, assim, de integração, formação e atuação cidadã (Caride e Meira, 2001; Pelicioni, 2006; Reigota, 2011). Desse modo, enfatizam que “diante dos problemas ambientais que enfrentamos diariamente, devemos oferecer espaços de formação para a comunidade, para colaborar eles precisam ser conscientes da situação que enfrentamos, por isso a educação ambiental é importante” (G2-P2). Sobre este tema é oportuno ponderar que diante do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, a necessidade de conscientização ambiental é mais do que algo emergencial. Nas palavras de Freire (1996, pp. 31-32), apresenta-se como uma “exigência humana, é um dos caminhos para a posta em prática da curiosidade epistemológica. Em lugar de estranha, a conscientização é natural ao ser que, inacabado, se sabe inacabado”.

b. Reivindicações sociais no enfrentamento da crise ambiental: proposições políticas e engajamento comunitário

As opiniões e sugestões revelam, quando menos, a intencionalidade de reivindicações comunitária no contexto amazônico. Por este motivo, é importante adentrar-se na própria constituição comunitária, para compreender que os relacionamentos entre os indivíduos são consolidados por meio de ajuda mútua, por meio de símbolos e valores que compartilham. Desse modo, a comunidade constitui-se como uma unidade simbólica, a qual proporciona um sentimento de pertença e a uma representação de identidade a seus membros (Scarpato e Guareschi, 2007). Logo, tais identidades são fixadas, estabilizadas pela linguagem e pela significação, pelo discurso e pelas ações (Silva, 2001). Em outras palavras, ganham visibilidade nas ações cotidianas e, assim, são compartilhadas entre os grupos, cujos elementos contestatórios de luta e reivindicações expressam os desejos e

anseios de transformação da realidade. Talvez aí resida uma explicação plausível que justifique as seguintes opiniões e sugestões:

- Exigir das autoridades a fiscalização e cumprimento das leis ambientais;
- Lutar contra as injustiças sociais e os problemas ambientais amazônicos;
- Fiscalizar as ações públicas para diminuir a corrupção política partidária;
- Fortalecer as ações dos órgãos públicos;
- Deter o desmatamento por meio de políticas públicas;
- Aprovar um código florestal mais comprometido com o meio ambiente e menos preocupado com os ruralistas e latifundiários;
- Fiscalizar e erradicar o contrabando de animais;
- Incentivar a agricultura familiar;
- Promover a reforma agrária;
- Fortalecer as iniciativas contra as construções de hidrelétricas na Amazônia;
- Criar novas reservas florestais;
- Combater a grilagem de terras.

As informações da pesquisa revelam um conjunto de sugestões e proposições pautadas em concepções críticas de meio ambiente e Educação Ambiental (Pelicioni, 2006; Sauvé, 2005). Portanto, permite-nos analisar tais sugestões desde a contribuição da Educação Ambiental para o enfrentamento da crise ambiental na Amazônia e para o exercício da cidadania, ou seja, a partir da sua característica mais relevante diante dos antagonismos do mundo moderno (Reigota, 2011). Nesse sentido resulta evidente que as proposições de ações, impregnada de elementos culturais de resistência aos processos de exploração e dominação, favorecem à elaboração de representações de participação comunitária e reivindicação social. Estas ganham relevância no contexto da pesquisa por meio das sugestões dos pedagogos, as quais podem ser compreendidas a partir do “alargamento da política educativa a nível comunitário” no qual “veremos que, no âmbito de uma pedagogia de desenvolvimento local, cada escola deve adotar uma estrutura organizativa flexível e apta a atender à concretização dos projetos comunitários que lhes são comuns” (Caride, Freitas e Vargas, 2007, p.246). Neste caso, o projeto em comum refere-se ao enfrentamento da crise ambiental na Amazônia.

4. Algumas considerações finais

Nos diálogos anteriores, apresentamos uma diversidade proposições de ações que desde a opinião e sugestão dos pedagogos pesquisados, podem contribuir para o enfrentamento da crise ambiental na Amazônia. Por meio de tais opiniões e sugestões, revelaram sua percepção da realidade e, portanto, suas representações sociais que se fazem presentes em suas práticas cotidianas (Rouquette, 1998). Em função de ambas -representações e práticas - os sujeitos da pesquisa reconhecem a necessidade de fortalecer a participação social e o engajamento comunitário como tentativa de superar os principais problemas ambientais da região. Essa necessidade é reiterativa em seus discursos e em suas proposições, na qual a Educação Ambiental enquanto prática social constitui-se em uma possibilidade de superação dos desafios impostos à Amazônia. Os resultados preliminares evidenciam, principalmente, os desejos e anseios desses profissionais. Entre estes, destaca-se a necessidade de construir coletivamente alternativas de enfrentamento da crise ambiental, de forma condizente com a realidade amazônica. Apesar de terem citado diversas vezes algumas críticas voltadas às políticas públicas, em realidade está explícito o desejo de construir ações de enfrentamento a partir da realidade social vivenciada, ou seja, a partir da experiência imediata de cada sujeito. Portanto, podemos compreender que o posicionamento assumido pelos pedagogos pesquisados, revela, entre outras coisas, um movimento contestatório de reivindicações políticas e direitos sociais. Por meio deste, tentam reconhecer seus saberes populares, resultado de sua formação e atuação social. Do mesmo modo, buscam reafirmar as bases éticas e a função socioeducativa que sustentam e justificam sua profissão -promover a cidadania, a participação e a inclusão social- (Ronda, 2012). Desse modo, suas respostas não fazem mais do que ratificar que devemos ser capazes de identificar e posicionar-se criticamente diante das imposições hegemônicas e, assim, ressaltar que é possível construir alternativas comunitárias para a superação da crise ambiental na Amazônia.

5. Referências bibliográficas

- Almeida, M. W. B. (2004). Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (55), 33-53.
- Almeida-Val, V. M. F. (2006). A Amazônia não é só paisagem. *Ciência e Cultura*, 58 (3), 24-26.

- Andrade, F. M. R. (2012). Los pedagogos y las representaciones sociales acerca de la educación ambiental: un estudio en el contexto de la amazonía brasileña. En S. Morales, J. Lirio-Castro y R. Mari-Ytarte (Coords.). *La Pedagogía Social en la Universidad Investigación, formación y compromiso social* (pp. 511-521). València: Nau Llibre.
- ; Caride, J. A.; Arto-Blanco, M. (2013). Representaciones Sociales y Desarrollo Sostenible: un estudio con docentes en el contexto de la Amazonía brasileña. En, *XI Congreso Español de Sociología*, 2013, Madrid. Actas del XI Congreso Español de Sociología.
- Caride, J. A. y Meira, P. A. (2001). Educación ambiental y desarrollo humano. Barcelona: Ariel.
- , Freitas, O. M. P. y Vargas, G. (2007). Educação e desenvolvimento comunitário local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. Porto: Profedições.
- Castells, M. (1999). O poder da identidade. v. II, São Paulo: Paz e Terra.
- Fraxe, T. J. P. (2004). Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume.
- , Witkoski, A. C. y Miguez, S. F. (2009). O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência e Cultura*, v. 61, n. 3, pp. 30-32.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30a ed. São Paulo: Paz e Terra.
- González-Gaudiano, E. (2006). *Educação Ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Jodelet, D. (2011). Ponto de Vista: Sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira. *Temas em Psicologia*, 9 (1), 19-26.
- Loureiro, V. R. (2002). Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, 16 (45), 107-121.
- Meira, P. (2010). Las representaciones sociales: problemática ambiental global y educación ambiental. En M. Torres-Carrasco (Org.). *Investigación y educación ambiental: apuestas investigativas pertinentes a los campos de reflexión e intervención en educación ambiental* (pp. 45-69). Bogotá: Ministerio de Educación Nacional y Universidad de Antioquia.
- Moscovici, S. (2010). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Reigota, M. (2011). *A floresta e a escolar: por uma educação ambiental pós-moderna*. 4.ed. São Paulo: Cortez.
- Ricci, M. (2007) Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, 11 (22), 5-30.
- Ronda, L. (2012). El educador social. Ética y práctica profesional. SIPS – *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 19, 51-63.
- Rouquette, M-L. (1998). Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. En, A.S.P. Moreira y D.C. Oliveira (Coords). *Estudos interdisciplinares de representações sociais* (pp. 39-46). Goiânia: AB editora.
- Sauvé, L. (2005). Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In, M. Sato y I. Carvalho. *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. São Paulo: Artmed.
- Scarpato, H. B. K. y Guareschi, N. M. F. (2007). Psicologia social comunitária e formação profissional. *Psicologia & Sociedade*, 19, Edição Especial 2, 100-108.
- Silva, T. T. (2001). *Espacios de identidad: nuevas versiones sobre el currículum*. Barcelona: Octaedro.
- Spink, M. J. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (3), 300-308.
- Pelicioni, A. F. (2006). Ambientalismo e educação ambiental: dos discursos às práticas sociais. *O mundo da saúde*, 30 (4), 532-543.
- Peruzzo, M. K y Volpato, M. O. (2009). Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, 12 (24), 139-152.